RESPINGOS HISTÓRICOS
ABRIL POLÍTICO

Raimundo Teles Pinheiro

Consoante proclama corretamente Kennet Clarck, "os símbolos alimentam mais a imaginação dos homens do que os fatos" e, quase sempre, "o exemplo se transforma em símbolo e é sobre tais símbolos — uma cruz, uma força, um pelotão de fuzilamento — que se constroem as pátrias e as religiões". (1)

Partindo dessa premissa, surge o nosso caloroso desejo de, com toda a sincera humildade, respingar sobre três momentos simbólicos gravados no bronze dos memoráveis feitos políticos, no decorrer do mês de abril, sucessivamente, pelos nossos antepassados, bem assim, pelos coevos.

Preliminarmente, entretanto, sinto-me prazeroso em manifestar a minha tranquilidade ao vir afirmando que a nossa Independência política — cruciante e longo processo — foi cruenta, ao contrário do que muitos afirmam pueril e pecaminosamente.

Embora eu já caminhasse na sadia companhia do Conde de Afonso Celso, então Presidente do Instituto Histórico, quando protestava em La Nacion "contra a falsa asserção de que a nossa Independência se operou sem lutas nem dificuldades, quase por um acordo entre a colônia e a metrópole", e de Afonso E. Tannay, que em carta ao Dr. Herminio de Brito Conde, afirma: "Já não é de hoje que sempre tenho celebrado o justo valor da independência de sua terra. Assim o fiz, por exemplo, em 1920 num jornal de Santos, em resposta a um bobo alegre que havia dito que a Independência do Brasil fora inteiramente incruenta e resultante de uma série de conchavos. Nesta ocasião fiz uma resenha dos fatos. Frisando sobretudo a significação do combate de Genipapo" (2). Agora adquiro

(1) TIRADENTES, Editora Três, 1973

(2) INDEPENDÊNCIA NO NORDESTE, Herminio de Brito Conde, Edição de Cadernos do Cariri, 1961.

venturosamente, a companhia do altamente categorizado mestre José Honório Rodrigues que recentemente afirmou: "Nossa independência foi conquistada com lutas, e não de maneira pacífica. Não foi um desquite amigável. Nunca, em toda a América, se mobilizaram tantas tropas como no Brasil, por ocasião da independência. De modo que a História do Brasil não é uma história de apatia, de resignação — ela é uma história manchada de sangue" (3).

Foi o que afirmei, sem temor de controvérsia, em palestra proferida na Fenix Caixeiral de Fortaleza, aos 04 de setembro de 1969, e está publicada na revista "Itaytera" no. 14, ano de 1970. É um conforto para um sedento aprendiz de História, que há anos esposa essa tese no augusto Instituto do Ceará. Passemos aos fatos abrilinos que pretendemos respingar.

21 de abril de 1792.

A imagem de Tiradentes, figura impar da Inconfidência Mineira, ao arcar com a responsabilidade dos seus sonhos e dos seus atos, esplende luminosamente através dos tempos, como afirmam os historiadores, inclusive o insigne mestre Capistrano, como oportunamente veremos.

O ano da citada Inconfidência — 1789 — foi, também, o ano da Revolução Francesa, quando o trombeteado lema "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" agitou o povo de Paris contra o poder absoluto dos reis. E é quando, nas então ignotas Minas Gerais, um pugilo de intelectuais e pequenos burgueses sonham com a independência e democratização do Brasil. Aspiram proclamar a República, com capital em São João Del Rei, "abolir a escravidão negra, fundar universidades e fábricas em todas as regiões importantes do país, instituir o serviço militar obrigatório, estabelecer prêmios para as mães que tivessem muitos filhos, de vez que a pátria precisava de braços, etc, e na bandeira escreveriam: "Liberdade ainda que tarde" (4). Correspondente ao abre-te sésamo "da coqueluche das idéias liberais versus absolutismo de direito divino. . ."

(3) Entrevista no Jornal "O Globo" de 21 de marco de 1976.
(4) TIRADENTES, Editora Três, 1973

Em 1776, antes da cruenta Revolução Francesa, os Estados Unidos pulverizaram os grilhões do jugo britânico, tentador e vigoroso exemplo para que os brasileiros das Gerais, sonhadores da nossa independência, passassem do sonho à ação, e os estudantes brasileiros de Coimbra, Montpelier, Paris e Lisboa procuraram cooperar, inclusive Joaquim José da Maia tentava envolver os Estados Unidos, ligando-se com Thomas Jefferson, embaixador em Paris; enquanto José Alvares Maciel e Domingos Vidal Barbosa, após a morte de Maia, regressam ao Brasil e se integram na conspiração, no embrião da sua articulação. Na época, no Brasil colônia, as condições políticas e econômicas eram duríssimas e nas Minas Gerais, em particular, apresentavam um caráter sufocante: as reservas de ouro, até então riquíssimas, estavam no fim, enquanto Portugal arrecadava impostos extorsivos, que, inapelavelmente, empobreciam os mineradores, e reforçavam, assim, a ação dos conspiradores. Daí a "convergência de duas linhas de pressão que iriam desembocar na Inconfidência: as dificuldades econômicas, de um lado, e a influência das revoluções liberais na Europa e nos Estados Unidos, de outro" (5)...

Nesse quadro, em que ângulo se situa Tiradentes? Não foi um intelectual, mas indubitavelmente, o propagandista mais intimorato, pois, além de agir em Minas, no Rio e, provavelmente São Paulo, após a prisão nunca se acovardou durante o longo processo de dois anos, nunca negou, nunca traiu, sendo condenado à morte, por ser "indigno da real piedade"; enquanto os chefes ostensivos, os literatos, exibiam a fraqueza, a pusilanimidade.

E quais os veículos do conhecimento, da divulgação das idéias de liberdade e democratização? Alem do conhecimento dos enciclopedistas pelos intelectuais, "o Cônego Luiz Vieira, ao traduzir a Constituição Americana e entregá-la aos doutrinadores e catequizadores, consolidara, por assim dizer, a causa natural dos movimentos nativistas brasileiros. Aquela Constituição não era apenas um modelo, era muito mais: instrumento de luta, uma padronização jurídica" (6)...

Voltando a Tiradentes, na reta final desse pervagar pela Inconfidência Mineira, observemos a opinião do incontestável mestre Capistrano,

(5) Obra citada acima.
(6) idem

em ENSAIOS E ESTUDOS: "A conspiração de Minas ou antes de Tiradentes, porque só existiu naquele cérebro escandecente, a conspiração de Minas que tanto renome adquiriu do caráter generoso, do nome ilustre dos conspiradores e da crueza com que foram tratados, é um sintoma do caminho em que ia entrar o Brasil, e das revoltas que iriam ensanguentá-lo" (. . .) E mais adiante prossegue o insigne mestre: "Entretanto, a história nunca há de esquecer que D. João VI tomou o título de Imperador do Brasil, e não reconheceu a nossa independência, mas cedeu-a por dois milhões de libras. Os louvaminheiros oficiais podem esquecer toda a elaboração desta idéia, que germinou na bandeira dos paulistas, foi acalentada entre os arraiais pernambucanos, estendeu-se por toda parte e um dia cristalizou-se fulgurante no espírito de Tiradentes".

Em conseqüência não parece tão gritante a propalada minimização do "Patrono Cívico da Nacionalidade Brasileira" pelo grande mestre-historiador de Columinjuba... E o 21 de abril de 1792 tornou-se data-símbolo.

07 de abril — 1831

No ocaso da última década de 1820 avolumou-se, no primeiro reinado, a corrente oposicionista, para tanto contribuindo substancialmente a imprensa, com destaque para os jornais a "Astreia", fundada por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira, em 1826; a "Aurora Fluminense", por Evaristo da Veiga, em 1827, e "A Malagueta", ressuscitado por Luiz Augusto May, em 1828. Tal efervescência fez crescer de importância a oposição pela imprensa que na Fala do Trono com que abriu a segunda legislatura do Imperio, em 1830, D. Pedro I assinalou a necessidade de repressão, pelos meios legais, dos abusos excessivos cometidos em todo o país, sob o pretexto da manutenção da liberdade dessa mesma imprensa. E na nova legislatura cresceu o número de deputados oposicionistas.

No início do ano de 1831, aparecem e desaparecem rapidamente, revivendo com outras roupagens ou títulos, tanto na corte como noutras cidades do país, inúmeros e violentos pasquins demonstranto, à saciedade, a fervura do caldeirão político vigente, contribuindo para incrementar o vigor da opisição o boato do restabelecimento do absolutismo. Em que pesasse a existência de partidários do proscrito absolutismo, não se provou que estivessem cuidando da sua restauração.

Apesar da alentada ebulição política existente no Rio em fins de 1830, partiu D. Pedro em companhia da Imperatriz D. Amélia para Minas, e de lá só regressando à Corte em março de 1831.

No seu regresso, prepararam-lhe manifestações de agrado os seus partidários, fato que ocasionou numerosos incidentes de rua entre brasileiros exaltados e aqueles partidários lusos ou luso-brasileiros; promovendo estes iluminações e fogueiras, procuravam apagá-las e destruí-las os aludidos exaltados. Desses incidentes defenderam-se os comerciantes portugueses com garrafas vazias de suas lojas; donde a denominação de "noite das garrafadas", como passaram aqueles conflitos à história do estertor do primeiro reinado.

Procurando deter a crescente caudal de agitação, decidiu D. Pedro I, a 19 de março, nomear um novo Ministério composto de políticos brasileiros natos e ligados aos reclamantes, supostamente indicados para satisfazer às exigências da opinião pública nacional.

Na noite de 25 do mesmo mês, na saída de cerimônia comemorativa do sétimo aniversário da Constituição, na igreja de São Francisco de Paula, foi saudado D. Pedro com gritos de "Viva o Imperador, enquanto constitucional", confundidos com os de "Viva D. Pedro II", ao que respondeu ele, sucessivamente, a uns e outros: "Sempre fui e hei de dar provas de o ser, tanto que, sem me convidarem para a sua função aqui estou", e "Ainda é uma criança".

Novos incidentes surgiram a 4 de abril, pelo que o Imperador determinou aos Ministros que proibissem manifestações populares, a fim de evitar outros conflitos, ordem essa que não foi cumprida. Em conseqüência, exonerou-os o Imperador no dia seguinte, substituindo-os por um gabinete composto de antigas personagens do reinado, na sua maioria imputados como subservientes à vontade imperial.

Esse ato de D. Pedro, constitucionalmente legítimo, serviu de senha ou pretexto para a insurreição que vinha sendo preparada. Logo no dia 6, agitadores começaram a reunir-se no Campo de Santana, e à tarde mandaram uma representação de Juizes de Paz ao Imperador, solicitando a reintegração do Ministério anterior, no que não foram atendidos.

Agravou-se a situação com a aglomeração de povo e de grande parte da tropa da guarnição do Rio naquele Campo, conduzida pelo próprio

Comandante das Armas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. E foi mandado por ele à noite, outro emissário à Quinta da Boa Vista — o Major Miguel de Frias — a fim de entender-se com o Imperador. Após marchas e contra-marchas, num ambiente de extrema angústia, já se havendo reunido aos demais corpos o "Batalhão do Imperador", e quando raiava a madrugada de 7 de abril, foi mandado regressar ao Campo o aludido emissário conduzindo a renúncia do Imperador ao trono, em favor do filho, o Principe D. Pedro de Alcântara. Era a abdicação, considerada por muitos como sendo a consolidação de nossa Independência. (7)...

Qual a atitude do major Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, no desenrolar desse trágico drama?

Sub-comandava ele o "Batalhão do Imperador", comandado pelo seu tio Cel. Manoel de Fonseca Lima e Silva, e "atribuem-lhe a autoria de um plano, cuja implementação sufocaria o movimento" e manteria no trono o Imperador e seria executado com a reunião das milícias em Santa Cruz, à frente das quais marcharia o próprio Major, estacionando no Campinho postos avançados", enquanto, "simultáneamente, expedir-se-ia um decreto concedendo baixa a todos os soldados de primeira linha que quisessem (8).

Parece destituída de fundamento tal versão atribuída a Monsenhor Pinto de Campos, de vez que declarações posteriores do Duque não a confirmaram, como veremos.

Quando Presidente do Conselho de Ministros, provocado na Câmara pelo Deputado José de Alencar, sente-se Caxias no dever de falar ao país para esclarecer sua conduta no 7 de abril. Não alude ao plano de arregimentação das milícias e, contestando ter sido revolucionário, confessa: "Parece-me que S.Excia. (o nobre Deputado) queria dizer que eu tinha sido um dos revolucionários de 1831, o que, com efeito, me penalizou muito. Não é, porém, exato. A verdade é, Sr. Presidente, que naquela época eu era Major de um corpo. Esse corpo foi dos últimos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para isso marchado em ordem conduzido pelo próprio Comandante, ocupando eu o meu lugar de Major. Marchei, portanto, em virtude de ordem competente, não fui revolucionário.

(7) Síntese haurida, em estudos, particularmente na História do Brasil, de Hélio Viana, Edição de 1967 (6a.).

(8) O 7 DE ABRIL E O MAJOR LUIZ ALVES, trabalho premiado pelo Clube Militar em 1975, de autoria do Gen. Reformado Sergio Bezerra Marinho.

Estimei a abdicação, julguei que era de vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela" (9).

Não há dúvida, o Professor Cordolino de Azevedo está absolutamente correto quando afirma: "Se a vida de Caxias pudesse ser representada por uma figura, esta seria a linha reta. Não houve um só fato que quebrasse a rigidez do seu procedimento".

01 de abril — 1964

Na tarde angustiante dessa data verificou-se a fuga do Sr. João Goulart para Brasília, depois para o Rio Grande e, finalmente, para o Uruguai. Era a vitória das Forças Armadas e do povo, encorajados pela bravura da mulher brasileira.

Inúmeras obras categorizadas revelam os acontecimentos que levaram aos fatos dessa terceira data abrilina, produto específico da ambição e incompetência do responsável pelos destinos do Brasil de então. Por isso indico algumas delas, como: "MOBILIZAÇÃO DA AUDÁCIA", "IDOS DE MARÇO E A QUEDA EM ABRIL", "OS MOTIVOS DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA", (palestras proferidas na TV de Recife pelo Gen. Muricy em 19 e 25 de maio de 1964), "A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO", (2o. ANIVERSÁRIO — COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO) e serei breve.

(9) O 7 DE ABRIL E O MAJOR LUIZ ALVES, trabalho premiado pelo Clube Militar em 1975, de autoria do Gen. Reformado Sergio Bezerra Marinho.

(10) Gen. Antônio Carlos Muricy, trabalho citado. Foi ele o Comandante do "Destacamento Tiradentes", vanguarda da tropa revolucionária que investiu sobre o Rio de Janeiro sob o comando do Gen. Div. Olímpio Mourão Filho; os primeiros elementos que se deslocaram, a 31 de março, para o Paraibuna foram: Companhia de Infantaria do 10o. R. I. comandada pelo então Capitão Italo Mandarino, atual Ten. Cel. Comandante do 23o. B. C., e o 4o. Esquadrão de Reconhecimento.

— (Reconstituição de palestra proferida no INSTITUTO DO CEARÁ, na sessão ordinária de 4 de maio de 1976).

Meu objetivo é simples: mostrar que o desejo dominante dos altos escalões das Forças Armadas era chegar às eleições de 1965 com um Brasil ainda governável, e, para tanto, "era constante a atuação dos generais mais graduados, como os então Generais Humberto de Alencar Castelo Branco, Costa e Silva, Décio Escobar e outros, junto ao Ministro Jair para convencê-lo da necessidade de conter a ação do Presidente da República, levando-o para uma posição que fizesse com que ele fugisse da esquerda" (10).

E agora o meu testemunho: Indo ao Rio aos 02 de fevereiro de 1964, a fim de solucionar problemas atinentes ao Colégio Militar de Fortaleza, então sob o meu comando, e lá permanecendo até a manhã do dia 8, quando regressei, mantive contato diário com o Gen. Castelo, nosso ilustre amigo e Chefe do Estado Maior do Exercito, inclusive jantando, em duas noites sucessivas, na sua e na residência do casal Marechal Amarante. Nessas ocasiões, no seu gabinete e na intimidade das residências citadas, referi-me à nossa ansiedade pela nebulosidade da situação caótica que antevíamos — eu e meus oficiais — e perguntei-lhe pela real situação que tanto nos preocupava. E obtive a incisiva resposta: ' É gravíssima e eu já disse ao Ministro Jair, mais de uma vez, que deverá o atual Governo sair legalmente, com eleições livres. Mas se for fechado o Congresso e ou feita a intervenção na Guanabara, eu reagirei"...

Vindo ele ao Ceará na mesma manhã de 8, a fim de repousar durante o carnaval, em várias palestras sucessivas na residência do Dr. Otavio Pontes e em almoço oferecido pelo casal Yolanda-Tácito no dia 11, fez nosso grande amigo referência à elaboração de um discurso que deveria proferir na abertura das aulas da E.A.O. na manhã de 14 seguinte, bem como, respondendo a incisiva indagação da anfitriã, pronunciou as mesmas palavras que eu já ouvira, e já aqui reveladas...

O discurso foi pronunciado, definindo posições, seguido de outro na ECEME, e a "agitação foi crescendo até que chegou à bendita sexta-feira 13 de março", como apropriadamente definiu o General Muricy, que continua: "a partir daí os chefes da maior categoria intensificaram as ligações com os seus pares em todo o território nacional, porque sentiram que desse momento em diante só havia um caminho: agir antes do golpe que se preparava para fins de abril ou começo de maio". E o problema ideológico trouxe a unidade e coesão, permitindo eliminar as dúvidas existentes até os três atos finais: o comicio do dia 13 de março, o Movimento dos Cabos e Marinheiros no dia 26 de março, e o discurso do Sr. João Goulart no Automóvel Clube...

Para concluir: As mensagens do Gen. Castelo Branco — discursos na EAO e ECEME, Le-Ex e circular de 20 de março — foram perfeitamente compreendidas e distintamente ouvido o grito de alerta da sublime e heróica mulher brasileira. . .

E o 22 de abril? Pronuncie-se, se possível, o navegador português Pedro Álvares Cabral, nascido em Belmonte e falecido em Santarém, após o grande feito de, intencionalmente, haver descoberto oficialmente o Brasil. . .